

ATA DA REUNIÃO
OBJETO DO REQUERIMENTO Nº 252/2023
CONVOCAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ITANHAÉM
- 31 DE OUTUBRO DE 2023 -

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às dez horas e quarenta minutos, na Sala de Reuniões dos Senhores Vereadores, nas dependências da Câmara Municipal de Itanhaém, realizou-se a reunião dos Vereadores juntamente com o Secretário Municipal de Administração, Senhor Gilberto Andriguetto, objeto do Requerimento Parlamentar nº 252, de 2023, que “Solicita ao Executivo, a convocação do Secretário Municipal de Administração Senhor Gilberto Andriguetto Júnior, para elucidar as decisões tomadas frente à pasta, conforme especifica”, aprovado em plenário durante a realização da 105ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura, em 23 de outubro de 2023. Sob a condução do Presidente da Câmara, Vereador Fernando, e na presença de todos os Vereadores, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e do Secretário de Administração e informou que a realização da reunião não seria possível ocorrer no plenário, pois já estava cedido para realização de evento na mesma data. Preliminarmente, o Vereador SILVIO, solicitou que consignasse em ata que a reunião estava sendo realizada na sala de reuniões porque o plenário estava cedido para outro evento. Ato contínuo, indagou ao Senhor Secretário se ele assistia as sessões plenárias e se tinha conhecimento sobre os questionamentos levantados pela edilidade quanto às respostas dos requerimentos. O Secretário GILBERTO respondeu que encaminhava subsídios às repostas dos Requerimentos que são realizadas pelo Prefeito, momento em que foi aparteado pelo Vereador informando que nas respostas recebidas constavam que o Senhor Prefeito encaminhava as informações prestadas pela Secretaria. Neste momento, Vereador Silvio frisa que é dever do Vereador questionar, legislar, representar a população e fiscalizar os atos da administração municipal, e que quando se depara com respostas que não condizem com o teor do Requerimento, dá a entender que existe uma falta de respeito com o Vereador, ou que não se sabe a resposta. Indagou ainda que há várias respostas de Requerimentos incompletas. Requerimento com vários itens, e que a resposta se reportava a este item de forma muito resumida “listagem informada no item 1”. Outro Requerimento que se referia ao servidor que entra e se era feito registro digital, respondido apenas com “sim”, sem mais nenhum detalhe. Indagou ainda ao Secretário sobre outro Requerimento que solicitava informações sobre brinquedos, o qual alegou que quem não conhece escolas não saberia a

importância que isso é para as crianças, e que quando responde sim, sim, parece brincadeira. E ainda, quando enviado Requerimento acerca da situação atual para cargos de calceteiros. Resposta também incompleta, informado sobre a vigência do concurso. Concurso está vigente até 15 de outubro de 2023. Ainda com a palavra, o Vereador Silvio relatou que os Vereadores requerem que a resposta de Requerimento tenha um pouco mais de informações, que sejam mais completas e indagou se era o próprio Secretário quem elaborava as respostas. Neste momento, o Secretário informou que, quando a propositura chega à Secretaria, encaminha os Requerimentos aos diretores dos departamentos, chegando as informações ele redige e encaminha ao Prefeito. Informou que não tem maldade nas repostas e que não age com arrogância e que há grande demanda de trabalho, por isso as respostas mais diretas. Que não tem nada a esconder e que não há nada de errado. Informou ainda que todos os questionamentos feitos, inclusive *in loko*, ninguém deixou de prestar as informações. Que caso algum Vereador quiser até ir o Gabinete, terá as informações solicitadas. Neste momento o Vereador Silvio alega que quer respostas no documento oficial, para que as informações prestadas oficialmente, sejam cumpridas e que o que está acontecendo em relação às repostas, ele vem reiteradamente no plenário expor. Que quer dar um retorno à população sobre as repostas dos Requerimentos. Que não estão aqui para afrontar e sim para prestar contas à população e, informou ainda, que irá reiterar os Requerimentos. Vereador Silvio ainda indagou acerca da solicitação da listagem de locações pelo Executivo e que até o presente momento não enviaram. Outro questionamento levantando pelo Vereador SILVIO é acerca dos pareceres jurídicos exarados pela Procuradoria do Município e que não foram atendidos, que o Secretário teria passado por cima do que orientado juridicamente, como há exemplo do processo do concurso público de técnico de gesso, com 4 vagas, o qual fora convocado os dois primeiros colocados e que não teriam se apresentado para assunção ao cargo, passando à ordem da classificação, convocando o terceiro e quarto candidatos aprovados, que compareceram, e que 8 (oito) meses depois, solicitou para revisão do seu chamamento e que a Procuradoria Jurídica teria negado por parecer o chamamento, e que Secretário havia novamente chamado à assumir o cargo o candidato que teria ficado em segundo colocado, e que indagado sobre o ocorrido, havia dito que o parecer é apenas opinativo. Segundo Vereador SILVIO, o Secretário havia dado 72 horas para o RH chamar, sem publicidade. Qual explicação, sendo que a ordem não foi respeitada, o 5 não foi chamado? Sendo que não se pode adotar atos ilegais, que o edital era claro sobre a não assunção ao cargo, e que o 2 colocado estaria excluído do certame e que o Secretário foi contra o parecer exarado nos autos. Neste momento o Secretário Gilberto disse que não saberia de “cabeça” precisar este caso pois foram realizados vários concursos em 2021, 2022, 2023, mas que todos os pedidos vêm embasado e justificados, não vai lembrar pois são mais de 923 cargos. Teve um caso que convocaram um candidato como se fosse PCD, o SESBT enquadrado como não

PCD e na classificação geral, foi como PCD e que dentro de concursos públicos ocorrem várias situações, mandado de segurança etc. Vereador Silvio informou que a candidata foi a 3 colocada como PCD, na segunda chamada. Este caso se trata da 2 colocada. Tem o edital, 30 dias não se apresentou perde o direito de assumir o cargo. Ainda questionou ao Secretário que, se fosse hoje, ela teria direito a assumir o cargo? E ainda perguntou o motivo do município resolver rever o pedir de admissão do candidato ao invés de atender a ordem de classificação. Ainda sobre o concurso de técnico de gesso, Vereador SILVIO admitiu que seria 4 vagas, mas que constasse em ata que eram 2 vagas, pois dentro da legislação só poderia ter 10 vagas. Que a última contratação foi em 2018. Quem consta na lista é a 2ª e a 4ª colocada e que a 4 solicitou exoneração. Quanto às questões do concurso público de técnico de gesso, o Secretário respondeu que o ocorrido não gerou prejuízo ao concurso público pois os candidatos estão sendo convocados, momento em que foi interpelado pelo Vereador SILVIO que informou que teria gerado prejuízo a uma terceira pessoa que estava na ordem de convocação. Ainda com a palavra, o Secretário informa que pela necessidade de contratação, deu prazo de 72 horas para assunção ao cargo sendo que a procuradoria foi contrária, atendendo ao que estava previsto no edital. E que todas as admissões realizadas são averiguadas pelo Tribunal de Contas e tem apontamentos ou não. SILVIO indaga se o Secretário confirma que contrariou o parecer jurídico. O Secretário respondeu que o Tribunal de Contas audita todas as admissões no concurso. Neste momento o Vereador RUTINALDO afirma que não houve nenhuma argumentação para infirmar o parecer jurídico e deveria constar para averiguarem a fundamentação do ato, este é o ponto, por isso o Vereador sustenta a ilegalidade do ato. Isso já releva uma irregularidade no ato. Vereador SILVIO complementa informando que essa situação vem acontecendo de forma reiterada e que o Secretário é responsável pela decisão após o parecer jurídico. Ainda com a palavra, Vereador SILVIO indaga que algumas decisões que partem da Secretaria da Administração têm tido uma morosidade, como a exemplo, a aquisição de remédio para a Secretária de Saúde, que está paralisada há 10 meses. Que pelo Convênio do CONSAUDE para compra de medicamentos, a Secretaria perdeu o prazo e gostaria de saber o motivo, se algum funcionário perdeu prazo. Que ele prefere uma reposta verdadeira por mais dolorosa que seja, pois é mais fácil lidar com a verdade do que vir com meias palavras. O Secretário Gilberto afirma que a cada Secretaria compete a gestão do contrato após a licitação, seus prazos, renovações ou novas aberturas. Que no caso do CONSAUDE não compete à Secretária da Administração fiscalizar o contrato. Que cada Secretaria tem seu funcionário responsável para verificação de prazos e solicitação e frisa, que no Caso do CONSAUDE não competia à Secretaria de Administração fiscalizar o contrato e encaminhá-lo e que hoje está procedendo um fluxo diferente, além do Secretário da pasta competente, as questões “meio” de processo, ficar tudo direto à pasta dele. Alega ainda desconhecer esse prazo de 10 meses na morosidade de

aquisição de medicamento e que já discutiu com outros Secretários pois sempre “cai no colo” de alguém. Que quando tem a solicitação de alguma pasta, a Secretaria da Administração apenas dá o andamento. Que chegando a requisição, encaminha com o termo de referência, encaminha à Contabilidade e retorna, à Tesouraria que retorna, à Procuradoria que retorna, à Comissão de Licitação que adota as providências, homologa, vai ao Secretário responsável pela pasta e assinatura do contrato. Não compete à Secretária da Administração cuidar do prazo do contrato, como no caso do CONSAÚDE. Informou ainda que, atualmente, existe a média de 480 a 500 processo de licitação e que a Secretaria de Administração conta com 12 funcionários, e nem todos cuidam de licitações. Que hoje o Quadro de Pessoal da Secretaria está bem reduzido e que não dão conta de controlar o prazo de validade de todos os contratos, principalmente da Saúde. Que a Secretaria da Saúde conta com 3 funcionários que cuidam especificamente dos prazos de validade dos contratos e licitações. Neste momento o Vereador RUTINALDO aparteia dizendo que, neste caso então, a reponsabilidade em tese é da Secretaria da Saúde. O vereador FÁBIO BIBÃO complementa, alegando que um empurra para o outro, e que cada um fala uma coisa e ressalta a necessidade de fazer uma reunião com todos os Secretários municipais. Informa ainda que ficou sabendo que a Secretaria de Desenvolvimento Social perdeu prazo do contrato de cestas básicas e que o processo ficou na Secretaria da Administração por 3 meses. O Secretário GILBERTO informa que, se falando do social não é o contrato de cestas básicas, e sim de alimentos. Que parece que o processo fica na Secretária da Administração e que ela “faz” tudo e depois só entrega ao Secretário de destino. E que, o que acontece é que, quando se faz uma renovação, a Secretaria da pasta notifica a empresa para interesse na renovação, e que no caso específico foi feito isso. Relatou ainda que, quando chega o pedido de renovação com documentação, envia para a Contabilidade e que, sem dotação, reencaminha à Secretaria de Desenvolvimento Social para providências. Que retornando, envia à Tesouraria que dá o “ok” e aí direciona à Procuradoria. Que atualmente o responsável pela Procuradoria é o Dr. Rodrigo que está de licença prêmio e quem está respondendo é a Dra. Dulcinéia, a atual responsável. Que ela alegou que faltava certidões, voltando o processo ao Social, que reencaminhou com a documentação. A Procuradoria entendeu que as certidões apresentadas estavam vencidas. O servidor à época responsável pelo Social, Senhor Juvino informou que estava no prazo. Que ele, o Gilberto, pegou o processo com dois dias de prazo para findar, verificou que a certidão estava válida, foi até o Dr. Jorge e reportaram-se à Dra. Dulcineia, que reanalisou e deu encaminhamento ao processo. Que quando ele, o Secretário Gilberto, ficou sabendo do indo e vir do processo por conta de certidões, pelo déficit de pessoal técnico na Secretária da Administração, ele mesmo encaminhou o processo por entender da questão legal. Informou ainda que, no caso do CONSAÚDE, a Saúde deveria requerer a requisição e nova ata em tempo hábil, ao passo que estava para vencer, o que não foi feito. Alega ainda que é fácil apontar

para o outro e não assumir a culpa. Quando chega na sala dele, na Secretária da Administração, chega no final do processo. Com a palavra, o Vereador RUTINALDO preliminarmente, questionou sobre a possibilidade de expedição de reiteração dos quesitos dos Requerimentos Parlamentares para complementação das respostas incompletas por meio de ofício expedido diretamente dos gabinetes dos Vereadores direto à Secretaria da Administração? Isso em caso de exceção, porque a regra é responder. Momento em que foi aparteado pelo Vereador WILSON que ratificou que a matéria com mesmo objeto, não pode ser reapresentada no mesmo ano legislativo. O Secretário GILBERTO afirmou que não há problemas na reiteração da solicitação das informações por ofício, e que conversará com o Secretário de Relações Institucionais, Senhor Renato Lancellotti para receber. Retornando com a palavra, o Vereador SILVIO questionou o Secretário acerca da locação do imóvel da Avenida Batista Campos. Que seria locado para atender a Secretaria de Educação e que não serviria, razão pela qual a Secretaria da Administração pegou o imóvel para depositar móveis inservíveis, pagando a quantia de nove mil reais por mês. Razão pela qual indagou o Secretário, qual o motivo de locação deste imóvel, se tem outros imóveis para utilizar e que se ele não achava um desperdício um aluguel para móveis inservíveis? Momento em que o Secretário GILBERTO informou que não se tratavam apenas de depósitos de móveis inservíveis. Que a Administração conta com funcionário que faz a recuperação desses móveis. Que gostaria que tivesse mais cuidado com palavras, pois não só atacar a ele pois ataca também aos servidores que fazem o trabalho de recuperação, além do que, o imóvel também abriga parte do arquivo da Prefeitura. O Vereador SILVIO também questionou se após a locação houve reparos do imóvel. O Secretário GILBERTO indagou que não se lembra, mas que outros proprietários de imóveis locados, após notificados da necessidade de reparos, eles realizam as obras e até regularizam os AVCBs. Perguntado se o imóvel há matrícula, que foi objeto de requerimento e não respondido, o Secretário alegou que irá verificar, não se lembra se este tem matrícula ou não tem, e que não é requisito obrigatório ter a matrícula para a locação. Tem que ter documento comprobatório como posse. SILVIO quer que fique consignado que não há resposta para essa indagação. Que as respostas dos Requerimentos não vêm, parece um descaso com a Câmara ou um desprestígio. O que foi negado pelo Secretário, que afirmou que não é desrespeito e nem desprestígio a nenhum dos Vereadores. Sobre os questionamentos acerca da situação precária do prédio que hoje abriga a Rodoviária de Itanhaém, o Secretário GILBERTO informou que, quando assumiram a gestão em 2021, o prédio da Rodoviária já estava precário, e que chovia dentro da área do embarque. Fizeram reunião com proprietários do imóvel constatando a necessidade de obras na parte estrutural. Informa ainda que, com a pandemia da COVID 19, fizeram um paliativo com trocas de telhas e limpeza de calhas, e não na estrutural, que era um compromisso assumido pelo proprietário. Após a pequena reforma, parou de

chover dentro da área do embarque. Tiraram das dependências do prédio, o Departamento de Patrimônio remanejando-o para o imóvel da Avenida Batista Campos até que se executasse a reforma estrutural da Rodoviária. Hoje engenheiros já foram até o imóvel da Rodoviária para elaborar o laudo. O proprietário já está iniciando as obras. Assim que finalizar, alguns departamentos retornarão ao prédio da Rodoviária. Hoje o aluguel está em torno de 45 mil, o que não é barato, mas o espaço atende a contento, principalmente o funcionamento da Rodoviária. Por conta da pandemia não conseguiram realizar as obras, mas informou que agora as intervenções já estão sendo iniciadas. A ideia da Administração é realocar todos os departamentos novamente nas dependências da Rodoviária. Desde que esteja habitável. Neste momento, o Vereador RUTINALDO indagou se de fato havia problemas estrutural no imóvel, qual teria sido a providência da Prefeitura para cobrar do proprietário as providências necessárias e também gostaria de saber qual foi a compensação da reparação na responsabilidade contratual e extracontratual do proprietário, pois se o problema perdura já há muitos anos, qual a providência adotada? O Secretário GILBERTO respondeu que, quanto aos problemas estruturais, enviaram notificações ao proprietário para sanar o problema. Segundo passo, encaminha à Procuradoria para as medidas cabíveis, através de ação ou não. Quando assumiram a Administração em 2021, já não haviam departamentos funcionando naquele prédio desde 2018 ou 2019. Informou ainda que o aluguel estava sendo depositado judicialmente por conta de ação trabalhista. A Administração retém valores de aluguel. Momento e que o Vereador RUTINALDO declara que, considerando a locação de imóvel tem caráter mais privatista do que publicista, há vários mecanismos para a retenção destes aluguéis. O Secretário GILBERTO ressalta que problema é que a rodoviária necessita de espaço próprio para seu funcionamento e que, com obras, seria mais viável trocar a rodoviária de lugar, mas não é fácil arrumar outro espaço com aquelas dimensões, e que a Prefeitura não ficou inerte, notificou o proprietário. Com a palavra o Vereador SILVIO questiona em relação à ITAPREV, que a prefeitura tem um débito com a autarquia no valor de 28 milhões de reais, e que segundo o Superintendente Senhor Peterson Gonzaga Dias, em reunião com a Comissão de Constituição, Justiça e Redação no último dia 18 de outubro, se nada for feito, haverá um prejuízo de mais de 60 milhões de reais, deste modo, gostaria de saber o que a Prefeitura fará sobre isso? O Secretário GILBERTO informou que a Administração não é responsável pelo empenho nem pelo pagamento do ITAPREV. Que com a queda da arrecadação do mês de março para cá, estão sofrendo, e isso é em todo o Brasil. Que Peruíbe decretou Estado de Calamidade Financeira. Que houve uma queda de 30% (trinta por cento) na arrecadação de tributos e que, isso para Itanhaém, uma cidade carente, com problemas sociais, como invasões e outras questões, gera alguns reflexos, até porque tem que cumprir alguns compromissos. Informou ainda que terão que se dirigir ao Secretário da Fazenda para saber como estão sendo feitos os repasses, pois não sabe precisar.

Momento em que o Vereador RUTINALDO indagou se a Administração não tem ingerência no planejamento para este pagamento? Que é sabido que há o débito e gostaria de saber qual a estratégia que a Secretaria da Administração adotará para equacionar este problema, porque sabe que a parte dos servidores foi retido, que inclusive, está discriminado item a item na documentação enviada à esta Câmara. O Secretário GILBERTO informa que trouxeram de herança de outra gestão algumas dívidas com o ITAPREV. O Vereador SILVIO exclama que são 7 (sete) acordos vigentes. O Secretário Gilberto informa que assumiram esse parcelamento em 2021 e que em 2022 realizaram último parcelamento, mas que em 2023 estão sofrendo com a queda de arrecadação. Informa ainda que as contas de 2021 do ITAPREV foram julgadas regulares com algumas ressalvas e afirma que cabe ao Secretário da Fazenda sanar este problema. Se com promete a com ele para esclarecer as dúvidas e garante que será resolvido. Quando perguntado pelo Vereador RUTINALDO se há providências para regularizar a situação e também questionado de quem surgiu a ordem de não repassar a parte funcional, o Secretário informou que deverá ser sanado até o final do ano, que não houve ordem e não sabe precisar o que aconteceu. Sabe que foram feitos repasses, dos quais não sabe precisar se são funcionais ou patronais, e que o prefeito tem ciência pois já foram realizadas várias reuniões. Com a palavra o Vereador SILVIO indaga sobre a deficiência do Portal da Transparência. O Secretário GILBERTO alega que houve problema com a troca de empresa, hoje a GCASPP, antes era a empresa 4R, algo moroso. Que tem apontamentos do TCESP que são cumpridos e que os problemas de sistema neste ano e que estão equalizando os possíveis problemas de acesso, contratos, funcionários etc. Indagado pelo Vereador RUTINALDO se o contrato era emergencial, o Secretário confirma, informando que desde 2021 estão tentando licitar. Que durante o processo tiveram diversas interrupções com demandas judiciais de empresas, impugnações do TCESP por paralisações, sendo a última paralisação judicial realizada há 8 meses. Que estão tranquilos quanto ao contrato emergencial pois está tudo certo. Que algumas empresas esperam até um dia antes da licitação para impugnar, para ganhar tempo. Que são artifícios utilizados por algumas empresas que, não dispondo de tempo hábil para analisar, impugnavam. Que a perspectiva hoje está para publicação do certame. Com a palavra o Vereador SILVIO alega que, atualmente o ponto mais sensível da Administração são os recursos nos procedimentos licitatórios, alguns até com apontamentos judiciais, como o caso da merenda. Que são processos de valores altos que são realizados de forma presencial, que a vigência da Lei 14.133/2021 foi prorrogada, mas que não significa que a administração já não poderia adotar mecanismos para conseguir preços mais vantajosos à Administração ao invés de pregão presencial. Que contratos de grande vulto como a licitação da merenda de vinte e seis milhões de reais, dos uniformes, dos brinquedos, com ata de registro de preços de dez milhões de reais, de processos de carimbos com a aquisição de 16 mil carimbos, sendo processos de valor altos sendo realizados pela modalidade de

pregão presencial. O vereador SILVIO ainda alega que o que foram feitos com esses recursos cujos valores são questionáveis, pois, a realização de pregão presencial dificulta a participação de mais empresas e apresentação de preços melhores. Que ele assistiu ao certame e que achou vergonhoso, um teatro. Neste momento o Secretário GILBERTO interpelou o Vereador pedindo para ter respeito e parar com acusações levianas, e que se acha que houve irregularidade, denuncie. Momento em que foi replicado pelo Vereador SILVIO que alegou que foi vergonhoso para a empresa participante do pregão presencial que não havia levado nem envelope e que afirma que foi um teatro armado pelas empresas participantes. e que em nenhum momento falou da Administração e que solicitou no ato que sua indignação fosse consignada na ata do certame e ainda questionou o por que ainda da realização de pregão presencial? O Secretário GILBERTO informou que por lei só é obrigatória a realização de pregão eletrônico quando se tratar de recursos da União e que se trata de discricionariedade da Administração a modalidade a ser realizada, e que os três certames citados pelo Vereador, merenda, brinquedos e uniformes, foram objetos de denúncias da Cris Forssell, do Vereador Silvio, do Vereador Garzon, Dr. Carlos e garante que não houve irregularidades no procedimento da licitação e nem do contrato decorrente. Que os processos foram analisados pelo TCESP e não houve irregularidade. Que foi realizado um pregão eletrônico para aquisição de ar condicionados, sendo vencedora uma empresa da Bahia e que não entregou nenhum aparelho, e que todas as empresas que deixam de entregar os produtos objetos das licitações a Administração notifica, abre procedimento e que as tornam impedidas de licitarem com Administração Pública. O Vereador SILVIO ainda ressalta que, quando se faz pregão presencial da oportunidade das empresas conversarem entre elas e ajustarem preços e que o pregão eletrônico não dá essa oportunidade, sendo informado pelo Secretário que no pregão presencial da licitação da merenda tiveram 11 empresas interessadas em participar e que não necessariamente no pregão eletrônico sai mais barato e que óbvio que gostaria que todas as empresas da cidade participassem, mas que isso não é possível e que no pregão presencial a pregoeira luta pelo preço mais barato na disputa de lances. Neste caso o lance estava em 24 milhões e 800 mil, que mandaram e-mail pra empresa e ceder um desconto maior e que fecharam em 23 milhões e 400 mil e que a Administração prega pela economicidade. Quanto à alegação do Vereador GARZON de que as empresas participantes reclamaram que só tinha três para efetuarem o cadastro o Secretário informou que nenhuma empresa argumentou sobre este fato e que a decisão do Ministério Público foi homologada pela Procuradoria Jurídica. O Vereador RUTINALDO explanou que, apesar do pregão presencial ser legal, a lei estabelece que cabe à Administração definir o melhor procedimento a ser adotado e que é importante se reavaliar a utilização do pregão e avaliar concretamente de acordo com as circunstâncias. Com a palavra, o Vereador SILVIO informou que o pregão presencial começou com 26.5 milhões, com lances de 500 em 500 reais e que quando encerrou, tudo

que disse aqui, ele disse lá, que foi pra assistir um teatro, que falou ao representante de uma empresa que havia lutado tanto judicialmente e que não conseguiu participar. Que quando indagada a Secretaria da Educação com o início da sessão de 26 milhões, a Secretaria teria confirmado que foi a Prefeitura que deu esse valor. Que a Prefeitura fornecia os orçamentos e que partia do princípio da média dos orçamentos, que o advogado alegou que estava dentro do valor que a prefeitura jogava nos orçamentos e que, quando se faziam os orçamentos, já jogavam a “gordura” de 20% para “queimar” e ainda alegou que nem a “gordura quiseram queimar”. Ainda com a palavra o Vereador SILVIO enfatizou que tem que ter equilíbrio com as coisas, sala decente pra estudarem, não ter só brinquedo para brincarem, tem que ter uma quadra decente e que, quando se compra brinquedo, há necessidade de fazer pesquisa de mercado para pagar preço justo, pois a função da administração pública é utilizar os recursos públicos e não gastar 8 milhões em brinquedos e deixar uma porta quebrada. Que tem que fazer uma transposição de fichas. Que se gasta muito sem prioridades e que os valores que são gastos são muitos recursos. Sobre os parques, o secretário GILBERTO informou que teve apontamento do TCESP para implementar parques nas escolas e que por conta destes apontamentos que compraram, e que em 2022 já não apontaram mais. Informou ainda que instalaram ar-condicionado em 22 (vinte e duas) escolas e que estão refazendo toda a parte elétrica para instalar ar condicionados em todas as escolas, e que o Prefeito tem uma preocupação em adequar o AVCB em todas as unidades escolares. Ainda informou que na Ação Civil Pública ficou determinado que a prefeitura sanasse todos os riscos e que estão sanando. Que atualmente tem mais de 25 mil imóveis na cidade que pagam impostos como terreno mas que já são imóveis e não arrecadam como tal. Que reformaram cinco postos de saúde. Que a do Jardim Coronel iriam reformar com recursos provenientes de emenda da Deputada Rosana Vale, mas que não veio e que reformaram com recursos próprios. Que não pra alegar que a administração não faz nada, estamos tentando fazer. Que até o ano de 2021 gastava 98% folha de pagamento FUNDEB. Que em 2022 gastaram 70%, hoje já está em quase 92%. Que a licitação para reforma do cemitério ficou em 1 milhão de reais e que o recurso está prometido e que esperam que chegue ao município. Que o ITAPREV tem superávit de 125 milhões de reais e que o servidor não vai deixar de receber. Que quando se fala nisso, gera uma comoção no servidor. Com a palavra o Vereador HUGO agradeceu a presença do Secretário de Administração e destacou alguns pontos por conta da postura do Secretário. Afirmou que a sua Secretaria tem influência em todas as demais pastas do Governo Municipal e que muito do que o Vereador Silvio falou ele não concorda, mas acha que tem que o dever de atender a lei e não fazer o que quer. Que quando um Secretário Municipal não corre atrás para agilizar o serviço administrativo, acarreta em prejuízos ao Prefeito. Que o que foi mencionado aqui, poderia sim encaminhar por meio de documentos, e neste sentido não faz indagação pontual, mas dada a responsabilidade que a

Secretaria de Administração tem, gostaria de saber se o Secretário poderia adiantar aqui algum projeto em favor dos servidores públicos, para o município aderir ou não, sobre a contagem de prazos para a categoria. Informou ainda que Vereador Fernando já fez matéria sobre o assunto, mas que também irá apresentar e frisou que os Requerimentos são documentos que registram solicitações ao Executivo e que os poderes se falam de forma oficial. O Secretário GILBERTO informou que toda a alteração que se faça sobre servidor tem impacto financeiro. Que à exemplo do quando do magistério, o objetivo é melhorar o plano de carreira, torna-lo muito bem estruturado e diferenciado. Que quando ingressaram em 2021 tinha um compromisso com o prefeito de fazer modificações. Ficaram de encaminhar à esta Câmara, não fizeram ainda porque não tem orçamento, que a queda de arrecadação de 30% (trinta por cento) impede de qualquer alteração e aumento. Que com o Governo Federal dando subsídios, talvez consiga fazer isso. Que não é interesse do Prefeito engavetar esse projeto e que em conversas com o Prefeito, pretendem ajustar a Lei Municipal nº 3055, de 2004, à exemplo do caso de horário especial para mães de portadores de deficiência, no entanto esbarram na falta de orçamento e que estão na torcida para que a questão econômica melhore para também melhorar as condições do servidor público, pois hoje tem-se o impedimento que é a questão financeira. Com a palavra, o Vereador GARZON solicitou preliminarmente, que consignasse em ata a não realização da reunião no plenário, tendo sido informado que já constava em ata, em seguida, indagou também, acerca das repostas dos Requerimentos. Que no ano de 2021 encaminhou um Requerimento fiscalizatório ao Executivo, questionando e haveria estudos para adequação do prédio da Rodoviária, e quais estudos, tendo como resposta que seriam “estudos internos”, e que, reiterando o requerimento, obtivera a mesma resposta. Que sobre o tema do uniforme, já que todos os requerimentos não foram sanados e que a denúncia teria vindo até ele, o que o fez acompanhar a sessão do pregão presencial, achando estranho o fato do pregoeiro pegar todos os interessados em participar do certame, leva-los até a sala dele e voltar com os classificados. O Vereador questionou o porquê da licitação dos uniformes serem realizadas no período de novembro à dezembro, finalizando no início do ano subsequente, a exemplo de outubro de 2021, que a publicação foi em novembro a dezembro e finalizada no início do ano exercício seguinte e da segunda licitação deste ano, que ocorreu na mesma época do ano. O Secretário GILBERTO informou que sempre foi feito nesta data porque conseguem fechar quadro dos alunos escolares na segunda quinzena de novembro, período em que a Secretaria de Educação passa o quantitativo. Então abre-se a licitação, envia às empresas, faz-se mapa de preços com preços médios, contabilidade, tesouraria e findando-se na segunda quinzena de dezembro com licitação prevista no mês de dezembro, e ainda com as intercorrências dos certames, que geralmente tem. Outras questões arguidas pelo Vereador GARZON foram em relação à licitação de 2021, que poderiam ter requerido um pouco mais e as alegações do Prefeito à época, de que a

melhor amostra dos uniformes teria sido da empresa FINITY, porém este ano a empresa foi desclassificada, o que lhe causou surpresa, pois, em um ano é a melhor, e neste ano a empresa foi desclassificada. O Secretário GILBERTO esclareceu que não cabe à Administração tentar revisar isso e sim cabe à empresa impugnar. Que existe prazo para apresentar as amostras no laboratório, tanto que a segunda empresa entregou dentro dos prazos e que, quando o Vereador fez a denúncia, ele foi averiguar se o laboratório SENAI estava aberto, pois tinha um prazo de três dias para providenciar o laudo, e que, caso houvesse muita demanda, este prazo seria dilatado em até cinco dias, dilação esta, determinada pelo TCESP. Neste ato, Vereador GARZON justificou que o processo estava na Procuradoria Jurídica e que averiguou que chegou no dia 7 e foi devolvido no dia 8 de fevereiro, momento em que o Secretário informou que o processo havia “passado” pela Procuradoria Jurídica várias vezes, e o que supostamente aconteceu foi que, muitas vezes pega o processo administrativo na mão e dá andamento sem tramitar pelo sistema para ter mais celeridade. O Secretário GILBERTO informou ainda, que os servidores da Secretaria da Educação olharam a amostra e não estava condizente, estava transparente. Em relação às amostras dos uniformes tem-se o cuidado de ir no IPT que é um instituto sério, tem o descritivo do material adequado, de tecidos utilizados para material da rede pública e a qualidade da entrega foi positiva. Informou que todos que desbotaram foram trocados. Que na licitação deste ano, mesmas datas, a amostra foi transparente e foi impugnada, reapresentou, mangas curtas. Que na convocação da segunda classificada, a empresa impugnada entrou com recurso. Que perguntado sobre o valor, o de Itanhaém é o menor das nove prefeituras enviadas. Perguntado sobre os valores altos, de 12 milhões, o Secretário alega que se tem um preço médio. Que foi comparado com outros municípios e que não houve sobrepreço. Questionado sobre a mudança de nome de edital e a divulgação dos pregões presenciais que dificultaria participação das empresas, o Secretário informou que não viu dificuldade na participação das empresas. Momento em que o Vereador GARZON questionou sobre a participação das microempresas e se a prefeitura fez alguma promoção de conscientização e de divulgação para estas empresas participarem. Que de todos os gastos realizados pela Prefeitura somente 19 milhões ficou na cidade, sendo 10 milhões para a empresa Comandaí. Foi respondido pelo Secretário que isso não caberia a ele. Ainda com a palavra, o Vereador GARZON questionou sobre a iluminação pública, que haveria notícias de que a implantação da nova iluminação iria parar. Que haveria Mandado de Segurança sobre irregularidade da garantia para que fosse alterado. Informado pelo Secretário que houve uma sentença judicial e que a Ordem de Serviço será assinada em 14 de novembro. Utilizando-se da palavra, o Vereador RUTINALDO questionou se há planejamento do município pelo excesso da folha de pagamento, uma vez que o pagamento de pessoal já está no patamar de 53,3% da Corrente Líquida do Orçamento. O Secretário GILBERTO justificou este índice pela queda na arrecadação. E que para não violar os limites legais

impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Executivo não pode realizar concurso público, não pode convocar, não pode dar aumento salarial, nem gratificação, nem criação de cargos. Que atualmente há departamentos que necessitam, a exemplo de calceteiros, mas não podem por conta da LRF. Acredita que no período de novembro e dezembro aumente a arrecadação e que não ultrapassarão este limite. Informa ainda que já há cortes nos gastos com pessoal. Que horas extras que gerava em torno de 600 mil reais, hoje está em torno de 200 mil reais de horas extras. Que 120 mil reais gastos com pagamento de horas extras dão da Secretaria da Urbanização que trabalham aos domingos. Que a Secretária da Saúde também gera muitas horas extras sendo o maior problema o Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA na Saúde. Que a folha gera em torno de 1.8 milhão de reais. Que tem se reunido com a Procuradoria Jurídica com objetivo de publicar edital para a terceirização na contratação de médicos. Que atualmente um médico cobra em média 180 (cento e oitenta) a 200 (duzentos) reais a hora. Que na área da pediatria gira em torno de 240 (duzentos e quarenta) reais a hora trabalhada. Que acredita que feche em torno de 130 (cento e trinta) reais a 140 (cento e quarenta) reais a hora trabalhada com a contratação de médicos terceirizados. Que acredita que na disputa de preço diminuirá de 1.2 milhões de reais para 600 (seiscentos) mil reais, o que trará impactos na folha de pagamento. O Secretário GILBERTO Informou ainda que têm RPAs pontuais, COMO à exemplo da Secretaria de Segurança, onde a contratação de guarda vidas é oriunda do RPA. Perguntado sobre a informação de que haveriam Secretarias que se utilizam do RPA para contratações e que se esse expediente é recorrente, chamado de contratação a lá carte, o Secretário informou que há, somente o Engenheiro de Segurança de trabalho é contratado por RPA, e que no geral, apenas os pagamentos de RPAs são da Secretária da Saúde. Informou ainda que este processo sobre a terceirização na contratação de médicos chegou sexta passada com parecer da Procuradoria Jurídica e estão verificando qual modalidade para publicação do edital e que no começo do ano que vem isto já estará equacionado. Questionado pelo Vereador FÁBIO BIBAO se esta contratação seria direta do médico ou empresa terceirizada, esclareceu que se dará através de empresa que contratará os médicos e ainda enfatizou que se conseguisse terceirizar a UPA toda, seria uma solução, humanizaria os serviços de saúde. Momento em que o Vereador RUTINALDO enfatizou que os problemas na atenção básica da saúde não são faltas de médicos e sim problemas no atendimento da atenção básica, que atualmente o município contratou uma diretora que não conhece nem a cidade. O que foi reafirmado pelo Vereador FÁBIO BIBAO, que alegou que esta mesma diretora tem mais férias que um funcionário de mais de 10 (dez) anos de serviço público. Que está sobrecarregando a saúde por inteira. Que tem chegado informação em seu gabinete de que tem gente que chega as 4 horas da manhã pra ser atendido. Que a atenção básica de saúde tem problemas que chegam até a Vereança. Sobre as contratações, o Senhor Secretário informou que solicitam ao Prefeito que autoriza a Secretaria

responsável a fazer a contratação, pois tem autonomia. Ainda com a palavra, o Vereador RUTINALDO se a Secretaria da administração conta com os serviços de assessoria jurídica e prontamente foi informado não tem, e que no caso de contratação de assessoria jurídica, somente para funções específicas que não confrontassem com as atribuições da Procuradoria Jurídica da Prefeitura, razão pela qual a procuradoria jurídica a Secretaria fez um parecer fundamentado, discriminando quais serviços seriam prestados pela assessoria contratada. Outro questionamento realizado pelo Vereador RUTINALDO foi acerca das contratações realizadas pela Prefeitura para adequações da Casa da Dança, pois realizaram a locação do imóvel e após assinatura do contrato, demandou nova licitação para as adequações necessárias e o que mais chamou a atenção foi, primeiro a contratação da locação e depois vem adequação e as aquisições decorrentes Foi informado pelo Secretário que tentaram fazer duas, mas não conseguiram pois não tinha empresa especializada pra fazer, razão da demora. Que qualquer demanda licitatória não é rápida. O Vereador RUTINALDO indaga acerca do quantitativo de locações de imóveis pela Prefeitura de Itanhaém que tiveram dispensa de licitação, e é informado que todos os contratos de locação de imóveis utilizados pela municipalidade foram feitos com dispensa e que a lei de licitações dá essa opção. Neste momento, VEREADOR RUTINALDO exclama que pela lei de licitações essa praxe não é regra e sim exceção e que pelo volume de locações que está sendo realizado pela prefeitura sem dispensa essa exceção virou regra e informa que no bairro onde reside quase não há crianças e locou-se um imóvel para creche. O Secretário GILBERTO informou que este tipo de demanda decorre da Secretaria da Educação e é realizado mediante estudo prévio para a instalação de uma creche no local e que, diante deste estudo e da viabilidade, procura-se o imóvel na região para a instalação do equipamento da educação, que o gestor da Secretaria responsável pela demanda é que determina mais ou menos onde será instalado o equipamento. Diante das informações o Vereador RUTINALDO ainda frisa que essa discussão ele ainda pretende ponderar pois ainda está analisando processo a processo e por fim, questiona que os agentes de endemias ainda não foram convocados, sendo que os recursos para tanto seria parcial e foi informado de que este problema ainda não foi equacionado por causa do limite legal da folha de pagamento. Com a palavra, o Vereador WILSON reitera o compromisso inicial firmado pelo Secretário GILBERTO de que, caso as respostas dos Requerimentos dos Vereadores sejam incompletas, de que a Vereança poderá oficial diretamente à Secretaria de Administração solicitando complementação da resposta, o que foi confirmado pelo Secretário e que, se o orçamento da municipalidade já está escasso tem que se utilizar de forma adequada. Ainda com a palavra, afirmou que os Vereadores continuarão fiscalizando e cobrando a utilização da melhor maneira dos recursos financeiros. Neste momento, o Secretário indagou que os Vereadores devem fiscalizar, que é sadio e que a administração zela pela economicidade dos recursos públicos, como à exemplo do caso da merenda já mencionado, que

diminuíram em quase dois milhões de reais na contratação, uma vez que o pouco recursos que dispõem têm que virar muito, e é exatamente o que estão fazendo. O Vereador ARLINDO se manifestou no sentido de que, em razão do tardar do horário, caso eventualmente ocorra uma próxima convocação, que esteja especificado no requerimento o tempo da duração da reunião. O Vereador SILVIO se manifestou no sentido de expor que a realização desta convocação, originária de seu Requerimento Parlamentar, se deu por vários fatos ocorridos, como se pode constatar, como à exemplo, os contratos firmados pela Comandai, e que por essas razões, a Câmara Municipal continuará cobrando porque o dinheiro público deve ser bem utilizado. Tendo sido esclarecido todos os questionamentos pautados para esta reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador FERNANDO agradeceu a presença de todos, manifestando-se no sentido de dispor a Presidência desta Casa de Leis à disposição de todos os presentes e encerrou a reunião às treze horas e quarenta minutos. Eu, Ana Marcia Muniz, Diretora Parlamentar, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes.